

28/4



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO
TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA Nº: 3

19 de Abril 2018

Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 21h30 horas

Términus da sessão: 00h00 horas

Presidente da Mesa: Cristina Maria Milhano Pintão de Campos

Vice-Presidente da Mesa: André Filipe Arraia Gomes

Secretário da Mesa: Gustavo Gaudêncio da Costa



Arizem

(S)

----- ATA N.º 3 -----

--- Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aplicável por determinação do artigo 104.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a) do artigo 84.º do mesmo normativo, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Gustavo Gaudêncio da Costa, Carlos Manuel Russo Mota, José Manuel Coutinho Lopes, Fernando Rodrigues Louro, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, José Luís Marques dos Santos, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Vera Lúcia Bráz dos Santos, Irina Noel Matias Batista, António José Rabaça Silva Ribeiro (em substituição de Nuno Miguel Martins Pires), Filipe Serrano de Oliveira, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Augusto Gonçalves Parreira, José Augusto Santos de Jesus, Catarina Maria Lagarto Marques, Francisco Manuel Miguel Colaço, Pedro Miguel Martins Braz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Artur Fernando Salgado, Ana Teresa de Sousa David, Luís Alberto Ferreira, Víctor Manuel da Guia, Alam Pereira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Telma Filipa Oliveira Simões, Carlos Fatia Tezo, Cristina Maria Milhano Pinhão de Campos, Manuel António dos Santos Afonso, Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes, Dina Maria Gomes Rocha, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco e André Filipe Arraia Gomes. -----

--- Faltaram à sessão José Francisco Correia Afonso Marouço, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias e Francisco Caneira Madelino, não tendo sido substituídos.-----

--- Apresentaram justificação de falta José Francisco Correia Afonso Marouço e Nuno Miguel Martins Pires.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata. -----



Handwritten signature

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos:-----

--- Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2017 e de proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2017;-----

--- 3. Apreciação e votação de proposta de primeira revisão ao orçamento para 2018 e ao plano de ação - grandes opções do plano 2018-2021 bem como de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas, e de primeira alteração ao mapa de pessoal para 2018;-----

--- 4. Apreciação e votação de alteração do regulamento interno da CIMLT;-----

--- 5. Apreciação e votação de processo de autorização para a assunção de compromissos plurianuais de aquisição de serviços de manutenção de instalações de elevação da CIMLT (prazo de execução superior a três anos).-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Não estando presente na sessão o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS), o mesmo foi substituído na Mesa por Gustavo Gaudêncio da Costa (PS). Assim, a Mesa da sessão ficou constituída da seguinte forma: Presidente da Mesa - Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD); Vice-Presidente da Mesa - André Filipe Arraia Gomes (CDU); Secretário da Mesa - Gustavo Gaudêncio da Costa (PS).-----

--- Passou-se de seguida à apreciação e votação das Atas das sessões de 18 de dezembro de 2017 e de 27 de dezembro de 2017.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, solicitando alterações na sua intervenção, na página 13, na Ata da sessão de 27 de dezembro de 2017, para: "Usou da palavra o senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP), relembrando o definido no Regimento, no seu artigo 21º - "Os membros da Assembleia Intermunicipal, eleitos por cada Partido, Coligação de Partidos ou por Grupos Independentes de Cidadãos podem, independentemente do seu número, constituir-se em grupos", e assim realçando a importância do dito no que diz respeito a "independentemente do seu número".-----

--- Submetida à votação a **Ata da sessão de 18 de dezembro de 2017**, a mesma foi **APROVADA POR**



Caro
W6

UNANIMIDADE.-----

--- Submetida à votação a **Ata da sessão de 27 de dezembro de 2017**, a mesma foi **APROVADA POR**

UNANIMIDADE.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rabaça Silva Ribeiro (PS)**, informando que se absteve por não ter estado presente nas referidas sessões.-----

--- Deu continuação à sessão a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, solicitando ao Bloco de Esquerda a apresentação das Moções “44 anos de Abril” e “Por um Tejo vivo”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, apresentando a Moção “44 anos de Abril”: “Muitos anos já decorreram sobre “Esta é a madrugada que eu esperava. / O dia inicial inteiro e limpo. / Onde emergimos da noite e do silêncio. / E livres habitamos a substância do tempo”, de Sophia de Mello Breyner Andresen”. Muitos anos já passaram sobre o derrube da ditadura mais velha e duradoura do mundo. Sobre a data em que as prisões políticas se abriram, a juventude deixou de ser empurrada para uma guerra infinda, injusta e insustentável e além de todos terem passado a ter direito a votar, todos passaram, também, a ter direito a aspirarem a uma vida melhor. Finda a ditadura pela força das armas, restaurada a República Democrática, interrompida em 1926, foram-nos lançados 3 desafios; descolonizar, democratizar, desenvolver. A descolonização e a democratização cumpriram-se, o desenvolvimento é o desafio que resta e que temos obrigação de o cumprir. Sendo a democracia um desafio entre avanços e recuos civilizacionais, não queria deixar de referir nesta evocação, um preceito constitucional que está por cumprir e é de substancial importância, a regionalização. A regionalização, que devolveria às regiões a democracia de escolherem democraticamente quem as deve dirigir, governar, e a quem devemos pedir contas está por decidir e aplicar, sendo que deverá ser amplamente discutida também na sociedade civil. Temos as CCDR’s, regiões já definidas, mas de carácter antidemocrático na sua gestão e opções. Temos as CIM’s, de eleição indireta, com uma malha eleitoral muito estreita, e com pouco acompanhamento quotidiano na gestão dos assuntos correntes das comunidades. Estamos por assim dizer, amputados na nossa democracia no que toca ao país real, às regiões. Este é um tema que urge encarar, meditar seriamente e resolver, a contento da democracia, das populações e do desenvolvimento regional. Descentralizar, para os municípios é importante, mas a estrutura descentralizadora fica incompleta. Temos o poder central, que não perdeu a cultura centralista e o poder municipal. Pelo meio faltam-nos as estruturas políticas intermédias democraticamente eleitas e responsabilizadas. 44 depois de Abril urge continuar a recuperar o país e as regiões, para a justiça, para o emprego, para a saúde, para o ensino, para o desenvolvimento e fundamentalmente para a democracia local e regional.



Certos de que o desafio será vencido, não deixaremos de evocar a generosidade de quem colocou tudo em causa a nível pessoal para nos devolver a democracia e as liberdades democráticas, os capitães de Abril. Viva o 25 de Abril. Pela Justiça social, desenvolvimento e pelo futuro com direitos e dignidade. Pelo desenvolvimento regional democraticamente acompanhado e decidido. A Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida a 19 de Abril de 2018". O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, apresentando a Moção "Por um Tejo vivo", com as devidas alterações relativamente à primeira apresentação efetuada na anterior sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, onde foram solicitadas as referidas alterações: "Considerando que: O rio Tejo tem sofrido, ao longo dos últimos anos, vários atentados ambientais de diversas proveniências, quem muito têm afectado a sua capacidade de sobrevivência ambiental assim como afectado as populações ribeirinhas ao Tejo, incluindo quem dele faz a sua actividade económica de sobrevivência. Várias vezes nos mobilizámos, sem excepção, para denunciarmos e defendermos este importante rio que corre na nossa região. Desde riscos de radio-actividade provenientes do outro lado da fronteira, da Central Nuclear de Almaraz, até descargas poluentes, com mortandades imensas na fauna piscícola temos tido de tudo e temo-nos mobilizado constantemente como cidadãos conscientes e defensores da natureza e da vida. O encerramento da Fabrióleo decidido em sede própria das autoridades competentes até corrigir os factores poluentes, foi uma demonstração da necessidade que existe em actuar para proteger o ambiente, e com determinação. A nós representantes da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que defendemos a navegabilidade do rio Tejo, a sua relevância como factor de actividades económicas importante para a região, e a defesa do meio ambiente e de um Tejo vivo e limpo, tomamos a seguinte posição reunidos em Assembleia Intermunicipal: 1 – Queremos um Tejo vivo e limpo. 2 – Entendemos que a actividade económica de empresas que utilizam o Tejo não lhes deve permitir alterarem o seu equilíbrio ecológico e afectarem a própria vida como rio saudável. 3 – Na nossa região as actividades económicas são bem vindas e fundamentais ao desenvolvimento, mas terão de respeitar as determinações de controlo das emissões poluentes e não como actualmente no impacto ambiental que se verifica no rio Tejo. 4 – Apelamos ao governo, via Ministério do Ambiente, e outras entidades de defesa do ambiente, que intervenham e actuem de molde a exigir o funcionamento ambientalmente sustentável da Celtejo, tal como já o fez com a Fabrióleo. 5 – Manifestamos a nossa solidariedade para com todos os ecologistas e ambientalistas que têm ajudado a preservar o nosso planeta e o nosso ambiente. 6 - Queremos um Tejo limpo, vivo, sustentável e navegável, como relevante factor de desenvolvimento económico. Esta tomada de posição será enviada aos diversos órgãos de soberania, incluindo as CCDR's e comunicação social. A Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em 19 de Abril de 2018."-----



--- Passou-se de seguida à apreciação e votação da Moção “44 anos de Abril”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Fonseca Nobre (CDU)**, mencionando a Moção apresentada pelo BE, e referindo que, relativamente ao aniversário do 25 de abril, a CDU entendia apoiar esta Moção, se bem que alguns dos seus considerados mereciam algumas reservas. Por exemplo, o senhor Deputado disse não compreender qual era a relação entre o 25 de abril de 1975 e a Implantação da República em 5 de outubro de 1910. Na opinião do senhor Deputado eram realidades completamente diferentes. Ainda assim, a CDU ia apoiar esta Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, considerando que a Ditadura portuguesa não tinha sido uma República. O senhor Deputado disse só entender uma República no seu contexto democrático. Entendia que a segunda República se tinha iniciado com o 25 de abril e, de certa forma, tinha sido a continuidade da primeira República, iniciada no dia 5 de outubro de 1910. O senhor Deputado frisou que não considerava a Ditadura como uma República. Considerava que tinha havido uma interrupção. Por isso, considerava que o 25 de abril tinha sido a continuidade da primeira República, do ponto de vista de instituição democrática e de república democrática. Era esse o seu entendimento.-----

--- Submetida à votação a Moção “44 anos de Abril”, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- 28 votos a favor (PS, CDU e BE);-----

--- 7 votos contra (PSD e CDS-PP).-----

--- Passou-se de seguida à apreciação e votação da Moção “Por um Tejo vivo”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel António dos Santos Afonso (PS)**, lembrando que no dia 28 de março tinha-se realizado na Assembleia Municipal de Santarém um debate, em que tinha estado presente o senhor Ministro do Ambiente e alguns membros de associações que tinham a ver com o setor da atividade ambiental. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção dizendo que, na opinião do PS, o rio Tejo era o rio Tejo. Tinha de ser considerado por todos como um rio ibérico. Todos sabiam que alguns fatores de poluição que existiam no Tejo resultavam não só dos afluentes, como o Almonda ou o Alviela. A questão da poluição era a questão principal, que devia preocupar todos. Mas a juntar aos fatores de poluição, que ultimamente tinham sido motivo de muitos debates, havia outros aspetos que deviam ser considerados, nomeadamente a necessidade de se fazer um desassoreamento no rio Tejo. De acordo com o senhor Deputado, era também fundamental a questão das margens e das marachas, tendo havido pouco cuidado na sua conservação. Essa questão poderia ser, na perspetiva do senhor Deputado, contrariada com plantações de espécies florestais com raiz profunda, para evitar a erosão e o assoreamento do rio. Também a conservação dos diques



do Tejo e construção de novos diques seria um aspeto futuro a ter em consideração, para podermos ter um Tejo com turismo e com povoamento das espécies piscícolas características do rio. O senhor Deputado terminou a sua intervenção, lembrando que dever-se-ia considerar o Tejo como um rio ibérico e que quer os portugueses quer os espanhóis tinham a obrigação de o preservar.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, recordando que a Moção apresenta pelo BE já vinha da anterior sessão da Assembleia Intermunicipal, tendo depois baixado à Conferência de Líderes e chegado no presente dia ao correio eletrónico dos senhores Deputados. Na minha perspetiva da senhora Deputada, a Moção deveria ter chegado aos senhores Deputados com mais tempo, para se poder fazer as alterações necessárias. Todavia, tinha-se conseguido chegar a um consenso. Por parte do PS, segundo a senhora Deputada, o que era importante era uma tomada de posição que preservasse aquele que era um dos maiores bens da região, que era o Tejo. Mais do que uma questão de uma ingerência particular que todos conheciam e que estava na Comunicação Social, o que se pretendia sobretudo era assinalar uma preocupação global e transcendente, não se reduzindo só a um caso particular. De acordo com a senhora Deputada, a principal preocupação era basicamente resumida no ponto 6 – um Tejo limpo, vivo, sustentável, navegável, como relevante fator de desenvolvimento económico. A senhora Deputada prosseguiu a sua intervenção dizendo que o BE tinha concordado em retirar alguns pontos, porque também para o BE era fundamental ter uma Moção que assinalasse esta preocupação que tinha de ser de todos, que era o rio Tejo, as preocupações ambientais e o desenvolvimento sustentável. Tendo em conta que tinha havido esse entendimento, de não reduzir uma tomada de posição a um caso individual e particular, mas a uma preocupação geral para com o rio e a medidas que poderiam vir a ser preventivas para o futuro, o PS estava em condições de aprovar esta Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, frisando a importância da tomada de posição perante esta problemática, que era o rio Tejo. Era um rio ibérico, que todos sabiam que tinha imensos problemas do lado de lá da fronteira. Realçou também que, embora tivesse sido retirado um agente poluidor em particular da Moção, o mesmo tinha tido uma atitude persecutória perante algumas denúncias feitas por cidadãos. Nesse sentido, o senhor Deputado quis fazer o alerta. Referiu que todos sabiam que o Arlindo Marques era um cidadão que se dedicava à pesca e que tinha denunciado regularmente todos estes crimes ambientais. Mas também todos sabiam, e por isso tinha levado uma ação judicial da empresa, que na Ribeira da Boa Água, em Torres Novas, por exemplo, a empresa poluidora, que tinha sido mandada encerrar já pelo Ministério do Ambiente e pela APA, também tinha colocado em Tribunal várias pessoas que denunciaram a poluição que essa ribeira levava, em desrespeito ao arripio da Lei e do ambiente. Todos sabiam



ainda que a única coisa que fizeram foi recorrerem dessa ordem de encerramento, mas isso não impediria que as empresas em Portugal tivessem uma regra fundamental – a Lei ambiental tinha de cumprida, porque havia formas de produzir sem poluir. Por isso, o senhor Deputado quis salientar a coragem de alguns cidadãos que tinham feito denúncias regulares destes crimes ambientais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, considerando que esta Moção ficava muito aquém daquilo que era a importância do rio Tejo para a região e até para o País. Até na identificação dos agentes poluidores, que eram muitos mais do que aqueles que estavam identificados. Desde autarquias até outras empresas, existia muito mais do que o que estava mencionado na Moção. Enfim, o Tejo era muito mais. E na opinião do senhor Deputado devia ser dado um contributo para a vida do Tejo e de todos, e para o usufruto do Tejo, para que o Tejo desse os contributos económicos para a região que podia dar, tendo potencialidades para dar. O senhor Deputado terminou a sua intervenção referindo que ia votar favoravelmente esta Moção, mas fazia uma proposta para que se criasse na Assembleia Intermunicipal uma comissão que pudesse discutir esta matéria e apresentar à Assembleia algum trabalho que pudesse ir muito mais além do que aquele que estava escrito na Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado André Filipe Arraia Gomes (CDU)**, fazendo a sugestão de retirar o uso de “@” na Moção.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, fazendo a mesma sugestão de retirar os “@”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, concordando com o teor da Moção e lembrando que a mesma já tinha sido objeto de análise em conferência de líderes. No entanto, recordou os senhores Deputados que na última Assembleia tinha sido mencionado um Workshop relacionado com o Ambiente, desenvolvido pela CIMLT e no qual a mesma esteve envolvida, e que exortou os senhores Deputados a fazerem nomeadamente propostas relativamente a esta temática. Assim, o senhor Deputado exortou todos a envolverem-se e a fazerem propostas, e deixou o repto para que a CIM tomasse como sua preocupação a despoluição do rio Tejo e o controlo dos seus efluentes, no âmbito do Portugal 2020 e já do próximo Quadro Comunitário. Sabendo até que os acordos entre a República Portuguesa e Espanha previam um aumento da qualidade da água que chegava à nossa fronteira, em detrimento da quantidade; sabendo ainda que as alterações climáticas levavam a crer que com o passar do tempo a quantidade da água seria cada vez menor em ambos os países e que o caudal mínimo era determinado de acordo com o caudal médio dos últimos, salvo erro, 10 anos; sabendo que progressivamente o caudal seria cada vez menor, correndo o risco do Tejo, primeiro rio de Portugal, passar a segundo, terceiro ou



quarto; face a tudo isto, o senhor Deputado disse também que era importante no território abrangido pela CIMLT prever a retenção das águas. Os diques eram importantes quando a água era em excesso. Mas era também importante garantir que retêm a água e que a mesma possa ser utilizada numa maior área durante a época de estio.-----

--- Submetida à votação a Moção “Por um Tejo vivo”, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.---

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, informando que tinha sido apresentada à Mesa uma proposta, pelo senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU), para a apresentação de uma Comissão. A senhora Presidente da Mesa solicitou que a mesma fosse apresentada. Solicitou o mesmo, no âmbito de uma Recomendação apresentada pelo grupo do PSD na Assembleia Intermunicipal da CIMLT, com o título “Suspensão das obras no bloco operatório do Hospital de Santarém”. Noutra matéria, a senhora Presidente da Mesa propôs ainda ao senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU) que formalizasse por escrito a proposta que tinha feito, para que se criasse na Assembleia Intermunicipal uma comissão que pudesse discutir o rio Tejo. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, sugerindo que se constituísse uma Comissão na Assembleia Intermunicipal, que pudesse aprofundar as matérias relacionadas com o rio Tejo. Na opinião do senhor Deputado, o Tejo era demasiado importante para não ser discutido e não se tentar encontrar algum consenso entre todos, que pudesse ajudar a não matar mais o Tejo e a salvar o Tejo. Seria, assim, necessário fazer uma proposta, caso todos entendessem necessário assim o fazer.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, sugerindo que a proposta fosse remetida para Conferência de Líderes, para se fazer a distribuição dos elementos para essa Comissão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, considerando que a Mesa poderia encontrar a solução.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, considerando ser mais fácil a Conferência de Líderes discutir a constituição da Comissão e do trabalho a executar pela mesma. Assim, sugeriu que este assunto fosse abordado na próxima Conferência de Líderes. A senhora Presidente da Mesa prosseguiu a sua intervenção lembrando que tinha dado entrada na Mesa uma Recomendação apresentada pelo grupo do PSD na Assembleia Intermunicipal da CIMLT, com o título “Suspensão das obras no bloco operatório do Hospital de Santarém”.-----



--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, apresentando a Recomendação “Suspensão das obras no bloco operatório do Hospital de Santarém”: “Soubemos esta semana que as obras no bloco operatório no Hospital de Santarém (HDS) serão suspensas uma vez que o Tribunal de Contas decidiu não conceder o necessário visto prévio para a realização de uma das fases da obra. Esta decisão teve por base o facto de o Tribunal de Contas ter comprovado que o HDS não dispõe de fundos disponíveis suficientes para assumir a despesa em causa. Diz o Tribunal de Contas que “na data em que foi registado o compromisso referente ao encargo resultante do contrato submetido a fiscalização prévia o HDS não detinha fundos disponíveis para fazer face ao referido encargo”. Os eleitos do PSD na Assembleia Intermunicipal de Santarém estão preocupados com o atraso que este incidente virá provocar, com os riscos inerentes relativamente aos contratos existentes em vigor, o que afetará de sobremaneira a qualidade dos serviços que, certamente, todos queremos que sejam os melhores para os utentes daquele hospital. Recordamos que esta obra é financiada por fundos europeus, reservados no POSEUR, em tempo, pelo anterior Governo e comparticipada pelo Orçamento de Estado. O seu início atrasou-se quase dois anos, o que já por si representa uma contrariedade que penaliza os utentes do HDS. O atraso nas transferências financeiras do Ministério da Saúde para o HDS, como instrumento de contenção implementado pelo atual Governo e que tem permitido cumprir o equilíbrio necessário das contas públicas, está a originar um acumular de dívidas da parte da Administração Central, em particular para com o HDS, o que provoca problemas graves ao nível da gestão corrente e sobretudo no cumprimento das obrigações e responsabilidades para com parceiros e fornecedores, o que também compromete o nível dos cuidados prestados. É por isso imperioso, em nosso entender, que os decisores políticos locais, façam tudo o que o que estiver ao seu alcance para pressionar as entidades responsáveis centrais para a resolução desta questão, de modo a que as obras do bloco operatório do HDS sejam retomadas e concluídas o mais depressa possível. Ao Conselho Intermunicipal da CIMLT compete tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para a comunidade intermunicipal. Esta tomada de posição, com vista a ultrapassar as contingências constantes da decisão do Tribunal de Contas, é absolutamente necessária – está em causa o serviço público de saúde disponibilizado na área da nossa comunidade intermunicipal. Nos termos da al. b) do artigo 14º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, bem assim como al. e) do artigo 84º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, os eleitos do PSD na Assembleia Intermunicipal de Santarém apresentam nesta assembleia a presente recomendação que deverá ser remetida, pela Mesa, ao Conselho Intermunicipal para os efeitos previstos na al. j) do artigo 90º do Regime Jurídico das Autarquias



Locais." Pedimos à CIMLT que faça o que estiver ao seu alcance para ver esta questão resolvida.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, questionando se a Recomendação era votada ou se era apenas uma Recomendação ao Conselho Intermunicipal. A senhora Deputada prosseguiu a sua intervenção considerando que em todo o teor da Recomendação eram colocados vários pressupostos, mas ninguém tinha informações para poder ter um maior esclarecimento sobre o mesmo. Nessa mesma Recomendação era citado o Presidente do Conselho Intermunicipal. Assim, a senhora Deputada pediu que o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal prestasse alguns esclarecimentos sobre a matéria. Em relação a um dos parágrafos que estava na Recomendação, referiu que quando se falava no desinvestimento na saúde por parte do atual Governo, era necessário lembrar que no Governo anterior tinham sido retirados mil milhões ao Orçamento, não só na despesa corrente, mas também na estagnação do investimento. Obviamente que a todos preocupava o que se passava no Hospital Distrital de Santarém e em geral no setor da Saúde, mas os senhores Deputados não podiam esquecer-se do corte que tinha sido feito pelo anterior Governo e que estava a ser repostado pelo atual Governo, ainda que paulatinamente. Todavia, em relação à suspensão das operações no bloco operatório, a senhora Deputada reafirmou que gostava de ouvir o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal sobre essa matéria, nomeadamente no que dizia respeito aos fundos disponíveis.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que o Conselho Intermunicipal da CIMLT iria tomar em consideração a Recomendação. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que se limitava a ler a Comunicação Social e que o que se passava teria a ver com um problema com fundos disponíveis por parte do Hospital. Lembrou que as Autarquias sempre foram contrárias à Lei. A Lei tinha entrado em vigor em Março de 2012 e as Autarquias sempre disseram que ela não fazia sentido, sobretudo relativamente à forma como tinha sido aplicada. Felizmente, através deste Governo, para uma série de Autarquias já havia uma parte da Lei que não estava em vigor, nomeadamente a dos fundos disponíveis. Neste caso, partindo do princípio que não havia fundos disponíveis, segundo o senhor Presidente seria um assunto que teria que naturalmente ser decidido e resolvido entre a Administração do Hospital e o Ministério da Saúde. Sobre a gestão do Hospital, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal disse já ter pedido a demissão da Administração do Hospital, por clara incompetência em resolver assuntos. E esta incompetência não era de hoje. Já vinha do Governo anterior. Frisou ainda que, quer ele, enquanto Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, quer o seu colega Ricardo Gonçalves, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Santarém, ambos de Partidos diferentes, tinham a mesma opinião. A forma como o Hospital tinha andado a ser gerido não podia continuar, sendo



vergonhoso o ponto a que se tinha chegado. Prosseguiu dizendo que, em 2015, a CIMLT tinha tido uma reunião sobre as obras no Hospital, com todos os chefes de serviço, onde perguntou pelo projeto. Nessa altura, não havia projeto. Portanto, durante anos o dinheiro podia estar reservado à vontade. Não havia projeto, não havia nada. O senhor Presidente terminou a sua intervenção dizendo que o assunto era demasiado sério e é bom que quer o Ministério, quer esta Administração resolvessem o problema. Não era admissível que um Hospital Distrital tivesse as condições que tinha. Voltou a dizer que esta era a opinião do Pedro Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, que desempenhava funções de Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT. Uma posição do Conselho Intermunicipal poderia ser tida numa próxima reunião do Conselho. Ainda assim, julgava que a opinião dos colegas Presidentes de Câmara não andaria muito longe da que tinha exposto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, referindo que os considerandos estavam na Recomendação e faziam parte da política, porque o desinvestimento na Saúde, que não estava ali plasmado, não era o importante. Prosseguiu dizendo que se quisessem falar de política falaria, por exemplo, das dívidas à farmácia ou do crescimento das listas de espera para consultas e tratamentos. Mas não era esse o objetivo. Disse que gostaria de se focar noutros aspetos e concordar com o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, quando dizia que o que queriam era que os utentes da área desta Comunidade Intermunicipal, que claramente beneficiavam do Hospital de Santarém, tivessem as melhores condições possíveis. Todos estavam de acordo com isto. Portanto entendia que se o Conselho Intermunicipal tomasse uma posição, como estava previsto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, esta posição seria para beneficiar os utentes do Hospital Distrital de Santarém. Independentemente desta tomada de posição ser junto do Hospital de Santarém, do Ministério da Saúde, do Governo, fosse onde fosse. Uma posição do Conselho Intermunicipal da CIMLT seria certamente uma mais-valia. Políticas à parte, o que pretendia era que os utentes do Hospital de Santarém tivessem as melhores condições possíveis, um bloco operatório recuperado e remodelado. Mesmo que isso implicasse uma nova Administração.----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Fonseca Nobre (CDU)**, mencionando que não poderiam esquecer que a Lei dos Compromissos era uma Lei do anterior Governo e que tinha criado enormes dificuldades na gestão, não só dos fundos públicos, designadamente nas Autarquias, como também na restante Administração Pública, impedindo que estas pudessem avançar com determinados projetos. Por vezes não havia essa possibilidade, embora houvesse até dinheiro. Portanto, não valia a pena vir falar de bancarrota, porque isso era uma falsidade. Não havia falta de dinheiro. Havia aliás muito dinheiro, só que tinha ido para um determinado sítio. Não para sítios para onde devia ter ido. Isso prejudicou nomeadamente o Hospital Distrital de Santarém, que era um



Hospital conhecido por más circunstâncias, nomeadamente pelo serviço que prestava à comunidade onde se inseria, que na verdade se ia arrastando. Isso implicava que o atual Governo, através do Ministro da Saúde, tivesse de perceber que tinha que investir neste setor. Mas não era só no Hospital Distrital de Santarém. Era no sistema de saúde na sua totalidade, sob pena de continuarmos a ter problemas destes. Voltou a dizer que o problema não era falta de dinheiro. Era a gestão política que era feita desse dinheiro.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, lembrando que esta situação no Hospital Distrital de Santarém não era um caso isolado no País. Disse constatar sérias dificuldades a nível do Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente médicos de família, centros de saúde, a quantidade de profissionais de saúde nas unidades em deficit grande, ou a falta de enfermeiros no Hospital Distrital de Santarém, originando sobrecargas de trabalho elevadíssimas. Naturalmente que tudo isto decorria dos 4 anos de Governo da troika, acompanhados por quem quis ir muito para além da troika. Os resultados tinham ficado à vista. No entanto, já estavam a decorrer dois anos e meio de uma governação que estava a tentar recuperar o País daquilo que tinha sido a destruição de 4 anos. Portanto, na opinião do senhor Deputado, não se entendia porque é que estas coisas ainda se passavam. A crítica era construtiva. Havia que fazer sentir junto do Ministro e do Governo que as cativações podiam justificar-se do ponto de vista numérico e financeirista. Mas as cativações não se podiam justificar quando se cativavam dinheiros que tinham de ser dirigidos para a Saúde e, por exemplo, para a Educação. Portanto, tinha de ser resolvida a situação do Hospital Distrital de Santarém, inclusive a falta de profissionais, que tinham de ser em número suficiente para que as coisas funcionassem e que esses profissionais pudessem desempenhar as suas funções em condições dignas. Por fim, referiu que naturalmente que os bens públicos tinham que ter gente competente a geri-los. O BE acompanhava esta preocupação e tinha feito algumas visitas ao Hospital de Santarém, quer à administração, quer a organizações sindicais. Assim, considerava importante que o Conselho Intermunicipal da CIMLT levasse esta preocupação ao Ministro da Saúde e ao Governo, para que isto fosse rapidamente resolvido e as populações pudessem voltar a ter o seu Hospital a funcionar em condições suficientemente dignas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel António dos Santos Afonso (PS)**, referindo que a preocupação que constava na Recomendação era política. Não tivessem ilusões. Lembrou que estavam todos ali para tomar decisões e para fazer política. Disse ainda não ter qualquer problema em dizer que estava ali porque tinha sido eleito politicamente por um Partido e estava ali para fazer política. No entanto, a questão que a Recomendação trazia era, de facto, uma preocupação de todos. A Saúde era aquilo que mexia com todos. E todos sabiam que o Serviço Nacional de Saúde, que



Handwritten signature and initials in blue ink.

felizmente até tinha sido criado pelo Partido Socialista, consagrava essa preocupação de um partido político. E as pessoas sabiam que o Serviço Nacional de Saúde, com todos os seus problemas, continuava a ser na área da Saúde importantíssimo no nosso País. Os hospitais privados continuavam a ser um bocado máquinas de fazer dinheiro. Já as pessoas que eram intervencionadas no Serviço Nacional de Saúde, normalmente diziam ser bem tratadas e bem atendidas. Prosseguiu dizendo que era óbvio que esta situação que se colocava no Hospital Distrital de Santarém tinha de ser resolvida, partidos políticos à parte. Assim, era imperativo pressionar o Governo, para que este problema fosse ultrapassado. Mas havia uma outra questão política. A forma como o senhor Deputado do PSD colocava a questão era de facto uma grande preocupação, mas, segundo o senhor Deputado, tinha-se esquecido de tudo o que estava para trás e dos cortes que tinham sido feitos na área da Saúde, que estrangularam muito daquilo que já podia estar mais adiantado. Portanto, era óbvio que o que tinha sido era também com o intuito de fazer política. Mas acreditava que havia no fundo algo de alerta, que trazia também o reconhecimento dessa preocupação. E o senhor Deputado disse estar de acordo com isso. Considerou estarem todos no mesmo barco, queriam todos o melhor para a Saúde e queriam todos o melhor para o Hospital Distrital de Santarém. E que rapidamente se encontrasse uma solução e que todo o pessoal do Hospital pudesse desempenhar a sua atividade o melhor possível.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, lembrando uma reunião que tinham tido já há algum tempo e que se prendia com o facto das ambulâncias de socorro ficarem retidas da urgência do Hospital. Portanto, a CIMLT, desde há muitos anos, que se tinha disponibilizado, enquanto órgão político, para junto das várias entidades que o Hospital assim entendesse, fazer lobby no bom sentido para que efetivamente muitas das situações se fossem resolvendo. A CIMLT falava na altura com o então Ministro Paulo Macedo, também com o Secretário de Estado da Saúde de então, com a ARS, com o Hospital e com os chefes de serviço. Estando representadas três forças políticas no Conselho Intermunicipal da CIMLT e estando todos de acordo que a questão do Hospital era uma questão de prioridade, era importante perceber aquilo que a CIMLT podia fazer para não só resolver os problemas das obras, mas também da falta de médicos. Também foi discutido um problema que tinha a ver com a inoperacionalidade da viatura médica de emergência e reanimação, fruto da saída de um conjunto de profissionais difícilimos de recrutar. Portanto, as nossas preocupações da CIMLT distavam de há muito tempo. Infelizmente nem sempre bem acolhidas. Prosseguiu considerando ser inadmissível que esta situação ocorresse e havia duas soluções. Os fundos disponíveis tinham de ser, ou resolvidos do ponto de vista financeiro, ou então quem tinha feito a Lei e que já tinha alterado uma



parte, que alterasse a outra parte. Esta era uma decisão que tinha de ser urgente e necessitava de uma solução. Concluiu dizendo que o Conselho Intermunicipal da CIMLT, ao longo dos últimos anos, tinha tido essa preocupação com Governos de várias cores políticas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, referindo que ficava à promessa de levar esta Recomendação à reunião seguinte do Conselho Intermunicipal da CIMLT. Estavam todos certos que o Conselho faria desta Recomendação o melhor instrumento de defesa das populações. A senhora Presidente da Mesa prosseguiu, solicitando que fosse apresentada a Moção com o título “44 aniversário da Revolução de Abril”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Irina Noel Matias Batista (CDU)**, apresentando a Moção “44 aniversário da Revolução de Abril”: “A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que



querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. Face ao exposto, a Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida a 19 de Abril de 2018, delibera: 1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. 2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, referindo que, no que dizia respeito a esta Moção, na sua opinião pessoal e em nome do CDS-PP, a mesma resumia-se a exortar a rutura e a conquista. Sendo todos ali homens de consenso e tolerantes, não percebia como é que se podia apelar à rutura e à conquista, quando todos deviam apelar à unidade e ao futuro, que fosse risonho para todos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, dizendo que esta Moção, assim como a Moção que tinha sido apresentada pelo BE, eram moções que tinham um legítimo arreigado conteúdo ideológico e ultrapassavam legitimamente, para quem as tinha apresentado, um entendimento e um equilíbrio que o senhor Deputado não conseguia ultrapassar. Não era este o momento para discutir a Moção do BE, porque já o tinha sido feito, mas no caso da Moção da CDU não conseguia compreender como é que as comemorações do 25 de Abril serviriam para devolver Democracia, Liberdade, Paz e Desenvolvimento a Portugal. No fundo, era o que interpretava desta Moção. Assim, o senhor Deputado disse ter alguma dificuldade em perceber a destriça que continuamente a CDU colocava naquilo que escrevia, quando dizia que “deve ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo (...)”. No povo também se incluíam os trabalhadores. Não conseguia acompanhar esta destriça. Também nas conclusões, no ponto 1, quando se falava de “rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português”, disse não acompanhar também a questão da rutura, porque onde estava rutura, tal como também tinha dito o senhor Deputado do CDS-PP, devia constar “desenvolver, sedimentar e acrescentar políticas que sirvam Portugal”. Portanto, por estes motivos, iria votar contra a Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Fonseca Nobre (CDU)**, dizendo compreender que o PSD defendesse o tratado orçamental. O PSD era um dos defensores desse tratado. E isso limitava a política em Portugal. Era um problema, mas era um dilema que o PSD teria de resolver.



Quanto ao resto, disse ter esperança que o PSD pudesse evoluir um bocadinho nessa área, não esquecendo que tinha votado a Constituição de 1976.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, convidando primeiro que tudo o CDS-PP e o PSD a saírem da sua zona de conforto e a aceitarem as ruturas como evolução, e não estarem presos a retóricas que já não faziam sentido nenhum. Prosseguiu dizendo que obviamente que o PS não concordava com todas as ruturas que a CDU pretendia, mas não tinha nenhuma visão dogmática de romper o caminho e fazer evoluir o mundo. Por isso, convidou todos a sair dessa zona de conforto e a celebrar Abril com as suas conquistas, a todo o momento, sendo estas celebrações um momento permanente de conquista da paz e dos direitos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, dizendo entender que havia toda uma coerência no CDS, que tinha votado contra a Constituição de Abril, que seria incómodo determinado tipo de posição relativa à Revolução de Abril e à própria queda do regime anterior. Disse também entender que por vezes os consensos eram importantes. Mas a cultura do consenso por sistema era a negação da Democracia. Porque a Democracia era diversidade, diferença, debate e decisão das maiorias, naturalmente com respeito pelas minorias. O consenso só por si não era nenhum valor absoluto com interesse para as sociedades democráticas. Assim, considerou que a comemoração do 25 de Abril devia ser consensual e todos deviam estar a comemorar Abril com espírito democrático. Já no resto da sociedade e da vida democrática das sociedades, o consenso só por si não era um valor de relevo. Porque um valor de relevo nas sociedades democráticas era o debate de ideias, eram as diferentes opiniões e era naturalmente a supremacia das maiorias sobre as minorias democraticamente. Depois, as coisas podiam inverter-se, já que o voto era entregue às pessoas e são as pessoas que decidem. Relativamente à posição do PSD, disse lembrar-se de ouvir Sá Carneiro a defender a via social democrata para o socialismo. E de lembrar-se que a Constituição de Abril, aprovada em 1976, o caminho que apontava era o do socialismo. O PSD tinha votado. Se o tinha feito envergonhadamente ou arrependido, ou se as novas gerações já não se reviam nos ideais do seu fundador, isso era um assunto interno para o PSD. A explicação relativamente à Moção da CDU tinha sido dada. Em relação à Moção do BE, lembrou que só tinha tido um voto contra. Ou seja, concluiu que tudo o que cheirava a Abril, por parte do PSD, era para votar contra. Se assim não fosse, teria todo o sentido cidadão, político e partidário, o PSD ter apresentado uma Moção própria com a sua retórica, o seu programa político, a dar a sua importância partidária ao 25 de Abril. Não o fazia. Como tal, pecava por omissão. Disse lamentar que o PSD perdesse mais uma vez a questão do 25 de Abril por falta de comparência.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro (PS)**, solicitando um



ponto de ordem à Mesa. A hora já era tardia e ainda nem sequer se tinha entrado na Ordem de Trabalhos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, solicitando celeridade às intervenções seguintes, com um tempo máximo de cinco minutos no total.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, dizendo compreender que para alguns dos senhores Deputados, a liberdade de pensamento e de escolha fizesse confusão. Ao CDS não fazia confusão nenhuma, gostavam muito e pugnavam pela mesma. Por outro lado, os senhores Deputados tinham dito que não compreendia a posição do CDS e que eram pela rutura, nomeadamente contra o tratado orçamental. Então os senhores rompiam com o tratado orçamental.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, referindo que o PSD sempre comemorava Abril, valorizava muito Abril, como uma data essencial, estruturante e determinante para a liberdade e para o desenvolvimento. A defesa do PSD por Abril não implicava que tivesse de ser feita por Moção. Era feita no dia-a-dia, nos atos, na forma como iam vivendo em Liberdade.-----

--- Submetida à votação a **Moção “44 aniversário da Revolução de Abril”**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- 29 votos a favor (PS, CDU e BE);-----

--- 7 votos contra (PSD e CDS-PP);-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Fonseca Nobre (CDU)**, questionando o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT sobre a execução dos fundos comunitários.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que tinham um conjunto de fundos e de programas a andar. Dava nota de dois que eram importantes e que estavam convencidos que no presente ano iam ter uma execução acentuada. Um que tinha a ver com a promoção do sucesso escolar, uma candidatura de cerca de 5 milhões de euros e que já estava a entrar numa fase cruzeiro. Sete milhões e meio de euros para a eficiência energética, que era um conjunto de câmaras que já tinham o processo finalizado e que decorria no âmbito da CCE. O Plano Diretor Informático também já estava em velocidade cruzeiro. Aquilo que esperavam era que a execução daquilo que tinha a ver com os fundos estivesse finalmente durante o ano de 2018 num ritmo que era aquele que já queriam há mais tempo.-----



--- **ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida ao **1º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, verificando a reunião decorrida na CCDR Alentejo, no dia 15 de fevereiro, em que tinham sido abordadas questões relativas às Contratualizações 2014-2020 e considerando que o Estado Português estava em negociações para o próximo acordo de parceria com a Comissão Europeia, no âmbito dos apoios comunitários, questionava qual era o acompanhamento que tinha sido feito pela CIMLT e se tinha sido auscultada pelo Governo e pela CCDR, no que dizia respeito ao novo acordo de parceria quer iria regular os apoios comunitários após 2020.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que a reunião tinha tido a ver com a reprogramação de fundos e isso tinha a ver com o Portugal 2020. Havia efetivamente uma tentativa do Governo de, ao mesmo tempo que tratava deste Quadro, tratar desde já do que seria a estratégia 2030. Ainda não havia propriamente um nome para esses fundos. Tudo isso estava dependente de um conjunto de decisões, que muito se iriam jogar na União Europeia. Prosseguiu dizendo que a CIMLT entendia que seria de toda a pertinência poder finalmente juntar a região e as três Comunidades – Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo – numa nova NUT II, ou então naquilo que era a saída de uma área metropolitana de Lisboa. Considerou que seria importante para todos e, portanto, muito daquilo que seria a estratégia 2030 passava por isso. Relativamente à reprogramação, era urgente e necessária, porque o programa tinha sido mal negociado, tinha metas completamente impossíveis, tinha dinheiro em áreas em que não iria ser gasto, tinha uma metodologia que não era exequível. Os autarcas tinham avisado sobre isso e aquilo que iam percebendo era que efetivamente, nesta reprogramação, tudo estava a ser feito para que muito daquilo que é instrumento financeiro, e que claramente não vais ser utilizado, pudesse ser reafectado a áreas da Saúde, das IPSS, da Educação, etc. Estavam a tentar que aquilo que foram as prioridades negativas definidas pelo anterior Governo, nomeadamente vias de comunicação, pudessem vir a ser alteradas. Disse ter muitas dificuldades em acreditar nisso, mas pelo menos que haja essa vontade política. Lembrou também outra decisão política da altura, que tinha sido a definição entre dois modelos de financiamento para os PARUs e para os PEDUs. Ou seja, para aqueles que eram os concelhos de nível 1, digamos assim, e os complementares. Para se ter uma ideia, na CIMLT existiam 6 concelhos onde os valores para a requalificação urbana eram cerca de 10 vezes mais do que outros 5 concelhos. Hoje, não era possível mudar estas decisões a 180 graus, mas estava a tentar-se minimizar com Bruxelas aquilo que tinha sido um conjunto de más



decisões. Esperava que se conseguisse inverter, para que as autarquias também pudessem executar. Terminou a sua intervenção dizendo que as autarquias tinham sido consideradas os parentes pobres deste Quadro Comunitário, porque não sabiam investir e investiam mal. Mas a verdade é que seriam as autarquias mais uma vez a executar, e os nossos níveis de execução destas, apesar dos atrasos nos avisos, estavam claramente acima dos da Administração Central.-----

--- Passou-se de seguida ao **2º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2017 e de proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2017.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, deixando uma recomendação. Tendo em conta que muitos não dominavam estas matérias, pediu se numa próxima apresentação desta natureza poderia ser feita uma curta informação, em que se apresentasse o documento de uma forma sucinta e curta sobre o seu conteúdo, para que pudessem ter algum entendimento. E que também fosse um exercício de aprendizagem para documentos tão complexos como os apresentados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que poderiam passar horas a debitar números, o que claramente não era aquilo que ninguém esperava. Poderiam também fazer um quadro resumo, mas este teria um problema – só ficavam os grandes números. Mas poderiam tentar no futuro fazer alguma condensação, não nas contas que posteriormente têm de ir para o Tribunal de Contas, mas noutros assuntos que poderiam tentar resumir.-----

--- Submetidos à votação os **documentos de prestação de contas do exercício de 2017 e de proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2017**, os mesmos foram **APROVADOS POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **3º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de primeira revisão ao orçamento para 2018 e ao plano de ação - grandes opções do plano 2018-2021 bem como de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas, e de primeira alteração ao mapa de pessoal para 2018.**-----

--- Submetida à votação a **proposta de primeira revisão ao orçamento para 2018 e ao plano de ação - grandes opções do plano 2018-2021 bem como de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções**



do plano agora revistas, e de primeira alteração ao mapa de pessoal para 2018, a mesma foi APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

--- Passou-se de seguida ao 4º Ponto da Ordem do Dia - **Apreciação e votação de alteração do regulamento interno da CIMLT.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, questionando se a alteração do regulamento interno decorria do protocolo entretanto assinado com o Governo, no qual se atribui algumas competências às CIMs, no que dizia respeito à Segurança e Proteção Civil, e Conservação da Natureza. Segundo tinha depreendido, a alteração previa enquadrar estas funções no regulamento. Este protocolo tinha sido acompanhado do correspondente envelope financeiro, que dizia respeito a estas novas competências adstritas às CIMs.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que efetivamente tinha a ver com isso. A equipa de sapadores teria 15 elementos. A CIMLT tinha feito uma candidatura e tinha naturalmente a ver com essa candidatura, que tinha a ver com essas 15 pessoas, e também estava a fazer para o PO SEUR, de forma a poder comprar material sapador pesado. Portanto, era isso que estava a ser equacionado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, questionando se isto queria dizer que estas novas competências e as funções esplanadas no documento poderiam não se vir a perpetuar no futuro, estando dependentes de candidaturas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, mencionando que os autarcas tinham recebido sempre competências da Administração Central. Já o dinheiro, era quando eles entendiam. Estavam esperançados que os acordos que se andavam a fazer colocassem finalmente ordem naquilo que eram as transferências para o Poder Local. Mas lembrou que tinha sido dado à CIMLT um conjunto de responsabilidades que tinham a ver com a floresta e a limpeza da floresta. Por isso, a CIMLT tinha obviamente que fazer as candidaturas. O que iria acontecer depois? Havia de ser a pressão política a fazer com que o dinheiro aparecesse para manter isto, uma vez que era importante manter verdadeiramente uma política de florestas em Portugal.-----

--- Submetida à votação a **alteração do regulamento interno da CIMLT**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, gostara que ficasse registado o meu voto favorável, na esperança de que o Governo e futuros Governos prossigam com a política e com os respetivos envelopes financeiros, e que não sejam



Handwritten signature in blue ink.

projetos que vão morrer na praia.-----

--- Passou-se de seguida ao **5º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de processo de autorização para a assunção de compromissos plurianuais de aquisição de serviços de manutenção de instalações de elevação da CIMLT (prazo de execução superior a três anos).**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, dizendo não entender “para a assunção de compromissos plurianuais de aquisição de serviços de manutenção de instalações de elevação da CIMLT”. Pediu para lhe explicarem.-----

- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que na CIMLT tinham a delegação das competências dos Municípios para fazerem as inspeções dos elevadores em toda a Lezíria do Tejo. Eram concursos que duravam mais de um ano. Por isso, a plurianualidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que o nome que se dava a esta competência era “serviços de manutenção de instalações de elevação”.-----

--- Submetido à votação o **processo de autorização para a assunção de compromissos plurianuais de aquisição de serviços de manutenção de instalações de elevação da CIMLT (prazo de execução superior a três anos)**, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)**, solicitando que fosse apreciada e votada a Minuta da Ata da Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 19 de abril de 2018.-----

--- De seguida foi lida, pelo **senhor Deputado Gustavo Gaudêncio da Costa (PS)**, a Minuta da Ata da Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 19 de abril de 2018: “Apreciação de votação da Ata de 18 de dezembro de 2017 – Aprovada por unanimidade; Apreciação de votação da Ata de 27 de dezembro de 2017 – Aprovada por unanimidade; Moção “Por um Tejo vivo”, apresentada pelo BE – Aprovada por unanimidade; Moção “44 anos de Abril”, apresentada pelo BE – Aprovada por maioria; Moção “44 aniversário da Revolução de Abril”, apresentada pela CDU – Aprovada por maioria; Ponto nº2 da Ordem de Trabalhos: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2017 e de proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 - Aprovado por unanimidade; Ponto nº3 da Ordem de Trabalhos: Apreciação e votação de proposta de primeira revisão ao orçamento para 2018 e ao plano de ação - grandes opções do plano 2018-2021 bem como de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos



cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas, e de primeira alteração ao mapa de pessoal para 2018 – Aprovado por unanimidade; Ponto nº4 da Ordem de Trabalhos: Apreciação e votação de alteração do regulamento interno da CIMLT – Aprovado por unanimidade; Ponto nº5 da Ordem de Trabalhos: Apreciação e votação de processo de autorização para a assunção de compromissos plurianuais de aquisição de serviços de manutenção de instalações de elevação da CIMLT (prazo de execução superior a três anos) – Aprovado por unanimidade”.....

--- A **Minuta da Ata da Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 19 de abril de 2018** foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.....

--- Não havendo mais assuntos a tratar, a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD)** declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-

--- PRESIDENTE DA MESA

Cristina Maria Milhano Pintão de Campos

--- VICE-PRESIDENTE DA MESA

A-1

--- SECRETÁRIO DA MESA

Queteandencifoty